

A Escola como Espaço de Inclusão para Alunos/a com Deficiência

Benedita Delma Mendes Pantoja

Aluna de Pós-graduação

Jaqueline Mendes Bastos

Professora Doutora em Educação

Resumo

O presente artigo, objetiva analisar as estratégias desenvolvidas pela escola pública para incluir os educandos com deficiências. A pesquisa fundamentou-se na abordagem qualitativa, por meio de pesquisa bibliográfica a partir dos autores Braga; Gomes (2018), Bardin (2011), Pietro (2010), Paiva; Bendassolli (2017). Os dados do presente estudo seguiram as orientações da análise de conteúdo, uma técnica utilizada por ser tratar de uma pesquisa qualitativa, sistemática e objetiva do conteúdo de documentos textuais. A inclusão na escola é apenas um reflexo da sociedade de modo geral, de modo que a principal finalidade da proposta pedagógica dos professores é contribuir para que os alunos com deficiência possa encaminhar a sua vida pessoal e profissional no contexto da sociedade, onde os educando com deficiência possa trabalhar viver e apoiar sua família da forma como desejar. Conclui-se que incluir os alunos com deficiência no espaço escolar é necessário desenvolver a inclusão no contexto da sociedade, onde os discentes, com deficiência tenham direito de participar dos bens produzido pela sociedade ao longo do processo histórico, onde os sujeitos tenham direito de trabalhar, de se locomover, estudar e participar dos lazeres da sua vida.

Palavras-chave: Escola. Inclusão. Prática Pedagógica.



Recebido em: maio. 2025. Aceito em: setembro. 2025

DOI: 10.56069/2676-0428.2025.686

Estudos do Cotidiano: a ciência do hoje

Outubro, 2025, v. 3, n. 31

Periódico Multidisciplinar da FESA Educacional

ISSN: 2676-0428



The School as a Space of Inclusion for Students with Disabilities

Abstract

This article aims to analyze the strategies developed by public schools to include students with disabilities. The research was based on the qualitative approach, through bibliographic research from the authors Braga; Gomes (2018), Bardin (2011), Pietro (2010), Paiva; Bendassolli (2017). The data of the present study followed the guidelines of content analysis, a technique used because it is a qualitative, systematic and objective research of the content of textual documents. Inclusion in school is just a reflection of society in general, so that the main purpose of the pedagogical proposal of teachers is to contribute so that students with disabilities can direct their personal and professional lives in the context of society, where students with disabilities can work, live and support their family in the way they wish. It is concluded that including students with disabilities in the school space is necessary to develop inclusion in the context of society, where students with disabilities have the right to participate in the goods produced by society throughout the historical process, where subjects have the right to work, to move, to study and to participate in the leisure of their lives.

Keywords: School. Inclusion. Pedagogical Practice.

La Escuela como Espacio de Inclusión para Estudiantes con Discapacidad

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar las estrategias desarrolladas por las escuelas públicas para incluir a los estudiantes con discapacidad. La investigación se basó en el enfoque cualitativo, a través de la investigación bibliográfica de los autores Braga; Gomes (2018), Bardin (2011), Pietro (2010), Paiva; Bendassolli (2017). Los datos del presente estudio siguieron las directrices del análisis de contenido, técnica utilizada por ser una investigación cualitativa, sistemática y objetiva del contenido de los documentos textuales. La inclusión en la escuela es solo un reflejo de la sociedad en general, por lo que el propósito principal de la propuesta pedagógica de los docentes es contribuir para que los estudiantes con discapacidad puedan dirigir su vida personal y profesional en el contexto de la sociedad, donde los estudiantes con discapacidad puedan trabajar, vivir y mantener a su familia de la manera que deseen. Se concluye que la inclusión de los estudiantes con discapacidad en el espacio escolar es necesaria para desarrollar la inclusión en el contexto de la sociedad, donde los estudiantes con discapacidad tienen derecho a participar en los bienes producidos por la sociedad a lo largo del proceso histórico, donde los sujetos tienen derecho a trabajar, a moverse, a estudiar y a participar en el ocio de sus vidas.

Palabras clave: Escuela. Inclusión. Práctica pedagógica.

INTRODUÇÃO

O presente artigo analisa a escola como espaço de inclusão para alunos com deficiências, nesse processo as práticas docentes inclusivas são instrumentos de socialização da Educação Inclusiva, permitindo aos sujeitos compartilhamento de saberes e a construção de conhecimento, compreendendo que as práticas pedagógicas atendem as orientações da inclusão ou encontra desafios para a implementação no contexto da sala de aula.

Nesse sentido a prática pedagógica estar direcionado para atender um determinado fim, a escola deve proporcionar formação para os educandos no sentido de compreender a si mesmo e a realidade numa perspectiva crítica e consciente. É nesse sentido que a prática pedagógica do professor se torna um ato político e cultural, uma ação que estar relacionado diretamente com a proposta de escola, de sociedade e de educação, principalmente da educação inclusiva. A prática pedagógica precisa dar ênfase com mais propriedade na educação inclusiva, de modo que incluir as pessoas com deficiência significa estar comprometido com uma sociedade humana, democrática e reflexiva o ser humano. Os educandos com deficiência precisam ser tratados do jeito como ele é, respeitando sua singularidade, dessa forma, que a prática pedagógica deve atuar no campo da diversidade, espeitando o posicionamento dos outros nos aspectos religiosos, históricos e humanos.

Nesse sentido esta pesquisa concederá a concepção de inclusão a partir do posicionamento de Braga; Gomes (2018) que compreende que inclusão é um processo amplo que envolve as condições da existência humana, compreendendo que todos os homens e mulheres de uma determinada comunidade tem direitos e deveres para ser cumprido, nessa perspectiva incluir significa que o sujeito deve participem de todos os bens constituído e acumulado historicamente pela sociedade. O ser humano nessa concepção precisa ser valorizado, respeitado dentro de suas condições reais de existência.

Incluir numa perspectiva humana, demonstra que cada um e cada uma, possui singularidade, diversidade, ao mesmo tempo um posicionamento sobre assuntos da comunidade. Incluir na escola, significa que o aluno tem o direito de estudar e participar das atividades escolares no sentido de desenvolver suas habilidades socioeconômico, político e formativo. A inclusão educacional deve

de acordo com a Constituição Federal 1988, compreendendo que cada um é único no universo, onde a singularidade, a particularidade individual, torna-se suporte para existência do ser humano.

Para analisar o objeto proposto, pautamos na seguinte questão central: como a escola pública pode construir estratégias pedagógicas que atende a política de inclusão na Educação Básica? Articulado com essa questão, objetivamos analisar as estratégias desenvolvidas pela escola pública para incluir os educandos com deficiências.

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa fundamentará na abordagem qualitativa, com apoio da pesquisa bibliográfica, essa por sua vez possibilita desenvolver estudo numa perspectiva natural, onde o pesquisador sente-se confortável para informar sobre o objeto pesquisado. Ao tentar compreender qualquer fenômeno que compõe essa realidade, busca-se aproximação da sua complexidade e dinamicidade. Os dados do presente estudo seguirão as orientações da análise de conteúdo, uma técnica utilizada por ser tratar de uma pesquisa qualitativa, sistemática e objetiva do conteúdo de documentos textuais.

Segundo Bardin (2011), a análise de conteúdo é uma técnica de análise qualitativa que visa explorar o conteúdo das comunicações e identificar padrões, temas e categorias dentro dos dados coletados. A inclusão é muito mais que inserir o aluno no contexto da escola, compreende que os educandos são sujeitos de direitos que precisam estar amparado por todas as ações pedagógicas da escola, nessa concepção, os professores são profissionais fundamentais no desenvolvimento intelectual, afetivo e cognitivo dos discentes, de modo que os discente são considerados como sujeitos histórico em processo de desenvolvimento social, por isso, precisa de apoio e consideração dos docentes que estão em sala de aula.

O artigo estar organizado em dois momentos, o primeiro analisar os desafios de incluir a pessoa com deficiência na escola regular de ensino, enfatizando que as políticas públicas apresentadas no contexto da educação brasileira ainda é desafio para inclusão dos educandos com deficiência Bardin (2011). No segundo momento, discorreremos sobre estratégias para efetivar a inclusão da pessoa com deficiência na escola, demonstrando que a escola é

uma instituição primordial para construir estratégias para inclusão. Por fim, as considerações finais, onde apresentaremos a síntese do estudo.

OS DESAFIOS DE INCLUIR A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA REGULAR DE ENSINO

Pietro (2010), frisa que a escola precisa construir mecanismo de segurança para garantir acesso igualitário de ensino-aprendizagem, essa postura de igualdade na aprendizagem demonstra que a instituição educativa estar de comum acordo com as leis brasileira de inclusão, principiante com a lei 13.146/15 que garante a educação inclusiva na rede regular de ensino. Essa postura que a escola precisa avançar, construindo projeto pedagógico que esteja vinculado com a responsabilidade de assumir compromisso com o ensino-aprendizagem de todos no contexto da escola.

Para com que se efetive a aprendizagem de forma significativa no contexto da escola é necessário que a instituição educativa incentive a participação dos educandos, principalmente dos sujeitos com deficiência, como menciona Paiva; Bendassolli (2017, p 12) “a aprendizagem na escola estar relacionado com a participação dos educandos, os educandos precisam ser incentivados a participar da vida da escola, dos projetos que a escola desenvolve”. Porém, essa participação ativa cabe a escola construir mecanismo que incentive os educandos, principalmente os deficientes para vivenciar a vida escolar, como por exemplo, nas feiras de ciências, no esporte, na construção de horta comunitárias entre outros eventos promovido pela comunidade escolar.

Há um conjunto de atividades pedagógica que a escola pode desenvolver para construir a inclusão, não há um único fator que seja responsável pela inclusão, são um conjunto de ações promovida pela escola para proporcionar a participação do educando tornar-se parte da comunidade escolar. Como frisa (Souza; Martins; Silva, 2018, p. 14) “a escola é um coletivo com intencionalidade de proporcionar o ensino-aprendizagem para todos, independentemente de sua situação [...]”. é essa a postura da escola, uma instituição que esteja comprometida em proporcionar aprendizagem que considere o aluno como

protagonista, é este o sujeito o centro da aprendizagem, sem aluno não temo existir escola.

Uma escola que compreende o protagonismo da aprendizagem valoriza o educando, reconhece que o sujeito mais importante da escola são os discentes, de modo que são esses sujeitos que estar se preparando para a vida adulto, ao mesmo tempo construindo personalidade para exercitar na vida cotidiana. Os homens e mulheres do futuro depende da formação que a escola estar oferecendo, daí a necessidade da comunidade escolar debater a realidade da escola, principalmente no aspecto curricular, esse por sua vez é a base fundamental da construção da personalidade dos indivíduos no interior da escola (Souza; Martins; Silva, 2018, p. 22).

O currículo escolar é o conjunto de toda as atividades desenvolvidas na escola para proporcionar a formação dos alunos, por isso que o currículo escolar deve estar articulado com os anseios da comunidade, compreendendo que homens e mulheres a instituição querem formar, sujeitos passivos, que somente aceita as demandas posta pela estrutura da sociedade, ou sujeitos que possui a capacidade que desenvolver pensamento para além da realidade vivenciada.

Para Oliveira; Cruz (2021) não há um único aspecto de inclusão escolar, mas vários, partindo desde a acessibilidade, projeto da escola, plano de aula dos professores, ações comunitárias, as reuniões com os pais, o planejamento anual da escola, entre outros eventos que a escola possa desenvolver. A inclusão estar vinculada na realização dos educandos, onde esses possam sentir-se bem consigo mesmo e com os outros. Ao mesmo tempo aprendendo com alegria, com satisfação, onde as famílias dos educandos com deficiência possa perceber que seus filhos estão avançados na integração social a partir do trabalho da escolar.

A pessoa com deficiência vem sofrendo grande desafio para ser incluída na sociedade, mesmo por que esse público historicamente não tem ocupado espaço ao longo da história. No Brasil também não vai ser diferente, os movimentos em torno da inclusão da pessoa com deficiência são recentes, pode se afirmar que as reivindicações mais promissoras iniciam a partir da década de 70, quando iniciaram fortes mobilização em prol da melhoria das condições sociais, nesse processo a educação inclusiva está na agenda dos

organizadores. A luta em prol dos direitos da pessoa com deficiência se intensificou com a declaração dos direitos da pessoa portadora de deficiência aprovada pela ONU-Organização das Nações Unidas.

A Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência, aprovada pela ONU, causou um clima de debate acerca dos movimentos por garantias de direitos para essa população e, pautado no debate sobre direitos humanos em âmbito internacional, havia no Brasil um crescente debate sobre direitos iguais e inalienáveis como fundamento de justiça social (Brasil, 2010). Nesse sentido, não apenas as pessoas com deficiência começaram a ser escutadas, mas também outras minorias e grupos sociais (Paiva; Bendassolli, 2017, p. 5).

Essa declaração trouxe contribuição importante para a política pública de inclusão no Brasil, mesmo porque esse documento foi aprovado pela ONU na década de 70, nesse período o país estava no centro dos movimentos sociais, por outro lado a ditadura civil militar estava enfraquecida, isso possibilitou a organização dos movimentos sociais inserir na pauta ações referente a inclusão da pessoa com deficiência para constar na Constituição Federal, assim, podemos afirmar que a Carta magna de 1988 tornou-se marco de suma importância para a inclusão social. Isso demonstra que as políticas públicas direcionadas para a pessoa com deficiência não foi nada fácil, ao contrário necessitou e necessita de muita organização para manter e continuar mantendo os direitos dos seres humanos independentemente de sua condição físico ou social.

Não se pode deixar de assinalar que, na época em que foi aprovada a Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência, o Brasil vivia o período do regime militar, e muitas questões sociais eram silenciadas em prol da unicidade do governo. No início dos anos 1980, o regime militar estava enfraquecido, e, em seus momentos finais, as referências dos movimentos sociais se tornaram decisivas na Assembleia Nacional Constituinte, de modo a garantir os direitos ou representações dos movimentos sociais na Constituição de 1988. Até aquele momento, não havia registros de garantias aos direitos das pessoas com deficiência em outra Constituição (Paiva; Bendassolli, 2017, p. 5).

Outro marco importante que embasou a regulação brasileira sobre a pessoa com deficiente, foi a Conversão de Guatemala, essa por sua vez procurou definir a pessoa com deficiência a partir das orientações médicas, essa postura foi importante devido os critérios seguirem o conhecimento científico, pautado na metodologia da ciência, ou seja, demonstrando que existe explicação óbvias para identificar a pessoa com alguma situação que se articula com deficiência.

O modelo médico foi tão marcante que influenciou fortemente o discurso dos próprios defensores da causa das pessoas deficientes, em como o conceito do que vem a ser pessoa com deficiência incorporada pelas leis brasileiras: as definições do que vem a ser pessoa com deficiência trazida pelo Decreto nº 5.296/04, a Convenção da Guatemala, que incorporou ao sistema legislativo brasileiro pelo Decreto nº 3.956/01, bem como o proposto pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência basearam-se em critérios médicos, sendo a divisão feita em deficiência física, sensorial (visual e auditiva) e mental (Leite, Luvizotto, 2022, p. 4).

As políticas internacionais direcionados para a inclusão foram fundamentais para discutir as regulações de inclusão no Brasil, podemos citar decreto nº 3.298/99 que regulamentou a Lei nº 7.853/89 definiu a Política de Integração Nacional da Pessoa Portadora de Deficiência. São normas e leis de suma importância para contribuir na inclusão da pessoa deficiente, isso demonstra a precaução do Estado para com a política de inclusão. “Seu objetivo é reconhecer as pessoas com deficiência como titulares autônomos de direitos humanos, com vistas a assegurar a dignidade, autonomia e plena inclusão da pessoa na sociedade” (Favalli, 2018, p. 525).

Não obstante, as regulações favorecerem a pessoa com deficiência, possibilitando acesso aos espaços da sociedade, não se pode esquecer que foi a Constituição Federal de 1988 que proporcionou salto de extrema importância, de modo que essa assegurou direitos básicos da pessoa independentemente de sua condição de raça, cor, religião ou outra situação que se articula com essa condição.

Todavia, foi com a Constituição Federal de 1988 que o tratamento da pessoa com deficiência se modificou, passando a um enfoque muito mais preocupado com a inclusão social. Já em seu preâmbulo, anunciou-se o propósito de construir um Estado Democrático pautado em uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, onde esteja assegurada a igualdade, dentre os fundamentos que alicerçam o Estado Democrático de Direito brasileiro. Em seu artigo 1º, III, consagrou a dignidade da pessoa humana como fundamento desse novo Estado. Mais adiante, elencou como objetivos fundamentais construir uma sociedade livre, justa e solidária, erradicando a pobreza e a marginalização, bem como reduzindo as desigualdades sociais, promovendo o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (artigo 3º e incisos). Determinou a prevalência dos direitos humanos dentre os princípios a reger suas relações internacionais com os demais países (artigo 4, II). E, no caput e no §1º do seu artigo 5º, assegurou o princípio da igualdade, que passa a ser considerado dentro desse novo enfoque introduzido pela Lei Maior, como o valor mais alto dos direitos fundamentais, funcionando como regra mestra de toda a hermenêutica constitucional e infraconstitucional (Leite, Vizotto, 2022, p. 7).

A partir da Constituição Federal, foi impulsionado outras regulações para direcionar a inclusão da pessoa com deficiência, são frutos de conquistas histórias encaminhadas pelos movimentos ligados aos diversos seguimentos da sociedade. Em outros termos, são lutas em prol da inclusão no país que estão sendo materializados no contexto da sociedade. Em 2015 foi promulgada a Lei nº 13.146/2015, que cria o estatuto da pessoa com deficiência, passo importante na inclusão social.

Para regulamentar a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em âmbito nacional, é editada, em 06 de julho de 2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei nº 13.146/2015, destinada, segundo seu artigo 1º, a assegurar e promover o exercício das liberdades fundamentais pelas pessoas com deficiência, em condições de igualdade para com as demais pessoas, visando à sua inclusão social e cidadania (Leite, Luvizotto, 2022, p. 8).

São muitas as leis que regulamenta a política de inclusão no Brasil, a seguir apresento as principais leis que estão direcionados para a inclusão da pessoa com deficiência.

Quadro 1. Algumas leis sobre inclusão

LEI	ANO	OBJETIVO
Constituição Federal	1988	Elencou como objetivos fundamentais construir uma sociedade livre, justa e solidária, erradicando a pobreza e a marginalização, bem como reduzindo as desigualdades sociais, promovendo o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (artigo 3º e incisos).
Lei nº 7.853/89	1989	Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social. Define como crime recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir a matrícula de um estudante por causa de sua deficiência, em qualquer curso ou nível de ensino, seja ele público ou privado. A pena para o infrator pode variar de um a quatro anos de prisão, mais multa.
Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº. 8.069/90	1990	O artigo 55 reforça os dispositivos legais supracitados ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”
Política Nacional de Educação Especial	1994	Orientar o processo de “integração instrucional” que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais”.
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96	1996	No artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental em virtude de suas deficiências e; a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (art. 24, inciso V) e “(...) oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (art. 37). Em seu trecho mais controverso (art. 58 e seguintes), diz que “o atendimento educacional especializado será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular”.
Decreto nº 3.298/99	1999	Regulamentou a Lei nº 7.853/89 definiu a Política de Integração Nacional da Pessoa Portadora de Deficiência.
Decreto nº 3.956/01	2004	Define a pessoa com deficiência
Lei nº 13.146/2015	2015	Cria o estatuto da pessoa com deficiência

Fonte: Construída pela autora.

Para garantir os direitos da pessoa com deficiência foi necessário um conjunto de lutas e organizações sociais para efetivar a participação dos educandos no contexto escolar, pode se dizer que ainda é um grande desafio incluir a pessoa com deficiência na sala regular de ensino, porém já foi dado passos significados para materializar a inclusão dos alunos com deficiência.

ESTRATÉGIAS PARA EFETIVAR A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA

Que a inclusão de alunos autistas na rede regular de ensino é direito isso já se sabe, porém, o que ainda precisa avançar é nas estratégias adequadas para possibilitar a inclusão dos alunos no espaço regular. Para Tolero (2023), não basta somente inserir o aluno no contexto escolar, é preciso um conjunto de estratégias para efetivar o direito de inclusão, ao mesmo tempo, garantindo a apropriação do ensino-aprendizagem com segurança. Para isso é preciso que a escola, juntamente com a comunidade escolar estejam preparadas para construir espaços de inclusão como seguimento da família dos educandos.

Como não se tem um padrão ainda fechado sobre como trabalhar o autismo em sala de aula, torna-se desafios para os professores construir estratégias que estejam compatíveis com as necessidades dos educandos. Portanto, cabe aos professores procurarem construir alternativas viáveis para inserir os educandos e educandas no processo ensino-aprendizagem. Por outro lado, muitas vezes nem o professor tem preparação para lidar com situações de inclusão em sala de aula, daí a necessidade de a comunidade escolar ampliar discussão no campo das estratégias para possibilitar a inclusão dos discentes na rede regular de ensino (Toledo, 2023, p. 5).

Para Braga; Gomes (2018) os alunos autistas apresentam um conjunto diversos de comportamento, muitas vezes imprevisíveis, essas diversidades dificultam os profissionais da educação construir estratégias adequadas para apresentar formação saudável para os educandos com TEA. Porém, não é porque os educandos apresentam infinitude de comportamento que a comunidade escolar não amplie espaço estratégico de inclusão. Esse é um dos desafios da inclusão escolar, demonstrando que incluir não é somente garantir que os alunos estejam na escola, mas possibilitar aos sujeitos autistas espaço

de acolhimento, de aconchego, de familiaridade, rumo aprendizagem satisfatória para os discentes.

Para Cardoso (2004) uma das estratégias para possibilitar os educandos autistas em sala de aula estar relacionado a prática pedagógica do professor, de modo que para esse autor é o professor que estar no dia-a-dia lidando com os educandos, logo é um profissional capacitado para construir alternativas de inclusão satisfatória do aluno. Porém, essa prática pedagógica não pode ser de qualquer jeito, mas de forma que os alunos se sintam bem, satisfeito com o tratamento que estar sendo oferecido. Uma prática pedagógica na perspectiva da inclusão requer articulação diretamente com o contexto da sociedade, reconhecendo a necessidade de inclusão como direito.

Para construir estratégia de inclusão é necessário que a prática do professor esteja articulada com as necessidades do aluno, de modo que os discentes desenvolvem-se mais a partir da interação com os outros, por isso que o professor precisa construir instrumento pedagógico que estejam articulados com a interação da sala de aula onde todos possam aprender e desenvolver a intelectualidade. Os educandos vão para sala de aula na esperança de ser bem tratado, acolhido, ao mesmo tempo sentir-se bem consigo mesmo e com os outros no espaço de aprendizagem (Cardoso, 2004, p. 13).

Para Glat (2009) reconhece que a infraestrutura da escola é uma das estratégias para construir inclusão, de modo que a escola precisa estar dentro dos moldes recomendado pelas instâncias competentes de inclusão. A autora recomenda que desde a entrada do estabelecimento do ensino, como portão, rampa, e outros equipamentos que possam facilitar a entrada dos sujeitos com TEA. A estrada da escola parece algo sem valor, porém, é a entrada para o estabelecimento de ensino, portanto, a porta da entrada deve ser espaço de acolhimento, de aconchego, onde os discentes sintam-se bem com a chegada na escola.

Para construir a inclusão não pode ser um espaço fora dos padrões de acolhimento, sem aconchego, sem ambiente convidativo, deve ser um ambiente compatíveis com as necessidade dos educandos, desde a entrada até a cozinha, as salas de aulas, o refeitório, os banheiros, enfim a escola precisa estar adaptados para atender os educandos com deficiência. Se

a escola demonstra que uma estrutura adequada para acolhimento dos alunos significa que outras atividades da escola estar articulado com a perspectiva da inclusão, principalmente os sujeitos que lidam com os educandos, como o apoio de segurança, os manipuladores de alimentos, o coordenador pedagógico, o diretor entre outros profissionais da escola (Glat, 2004, p. 12).

Para avançar nas estratégias com os alunos com TEA, faz-se necessário em primeiro lugar compreender o básico do autismo, esse conhecimento torna-se necessário porque o profissional precisa entender quem são os alunos que estar em sala de aula. Para Mendes (2017), compreender como se desenvolve o comportamento dos educandos autista contribui para fortalecer estratégias pedagógicas na perspectiva da inclusão. Esse reconhecimento da personalidade do autismo, ajuda construir estratégia pedagógica em sala de aula para possibilitar aprendizagem que estejam articulados com uma vivência saudável, unida com os pensamentos de outros alunos no ambiente escolar.

Para que o professor tenha esse compromisso de compreender a realidade dos educandos é preciso que seja profissional criativo, preocupado com a inclusão de todos. Para Oliveira (2021), o professor não pode ficar esperando ações do Estado, de modo que o Estado muitas vezes não assumi compromisso com a inclusão dos educandos com TEA. Por isso que o professor dever ser profissional curioso, que busque formar-se por si só, entendendo cada vez mais como desenvolver prática pedagógica que estejam compatíveis com a realidades dos educandos com TEA.

Para Araújo (2016) um dos mecanismos garantidos pela legislação é a sala de recursos, essa por sua vez é um espaço especializado para os educandos com deficiência, principalmente aos autistas. Nesse espaço os educandos encontrarão apoio adequados a sua realidade, não é um espaço separado, exclusivo para as pessoas com deficiência, mas sim ambiente de apoio, lembrando que o ambiente principal do educando é a sala de aula. Na sala de recursos os educandos depararão com equiparemos compatíveis com sua realidade, no sentido de contribuir no processo ensino-aprendizagem.

A sala de recursos é uma ótima estratégia para proporcionar ambiente de aprendizagem aos educandos, é um ambiente

próprio para quem estar iniciando se adaptar no ambiente escolar, além disso, é uma sala que possuem vários instrumentos pedagógicos para contribuir com a formação do educando. Como foi criado para os educandos com deficiência, os sujeitos principalmente com TEA sentem-se confortável, porque estar relacionado com a realidade dos alunos. Sem dúvida a sala de recurso é uma estratégia fundamental para contribuir no processo de inclusão na escola (Araújo, 2016, p.10).

Há vários mecanismos de contribuir no processo de inclusão dos alunos e alunas no espaço escolar, porém, não somente construir as estratégias e os recursos de inclusão, é necessário saber proporcionar a inclusão. Para Mendes (2017) para que se faça uso dos recursos disponíveis na escola é necessário que o corpo docente, juntamente com a coordenação pedagógica estejam antenados nos processos de inclusão, proporcionado aos alunos mecanismos de integração entre todos os sujeitos que compõem a escola. Mesmo porque proporcionar a inclusão não é somente inserir os sujeitos na escola, é muito mais do que isso, é construir ambiente favorável onde todos possam sentir bem no ambiente escolar como cidadão de direito.

A Sala de Recursos, conforme Resolução SE nº 61, de 11-112014, definida como ambiente dotado de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos, com vistas ao desenvolvimento de habilidades gerais e/ou específicas, mediante ações de apoio, complementação pedagógica, na seguinte conformidade: turmas de até cinco alunos da própria escola e/ou oriundos de diferentes escolas ou rede pública de ensino; cada turma terá 10 aulas, atribuídas a professor especializado; o número de alunos por turma será definido de acordo com a necessidade do atendimento; cada turma poderá contar com até 3 aulas de complementação/APE, destinadas às avaliações pedagógicas e apoio ao professor da classe regular; atendimento individual e de caráter transitório ao aluno ou grupos de estudantes, em horários programados de duas a dez aulas semanais por estudante, na conformidade das necessidades avaliadas, de forma a não exceder três aulas diárias e em período diverso à frequência do estudante em classe/aula comum do ensino regular (Araújo, 2016, p. 13).

Há vários mecanismos que possa contribuir no processo de inclusão dos alunos com TEA, porém é sabido que os recursos não são todos da mesma forma, cada um possuiu maneira de ser considerados, por isso cabe aos

professores construirão espaço de formação para saber lidar com o recurso que a escola oferece. Para Braga; Gomes (2018) os recursos também podem ser construídos pela própria comunidade escolar, de acordo com a realidade dos educandos. Os autores citam que pode estar construindo serviço de itinerância, é um trabalho que assume a responsabilidade da sala de recurso quando a escola não disponibiliza desse equipamento.

Construir estratégias e recursos para contribuir no processo de inclusão dos alunos com TEA é um processo trabalhoso, ao mesmo tempo desafiador. Para Canavero (2021) as estratégias e os recursos pedagógicos na escola são fundamentais para contribuir no processo de inclusão, são instrumento de alta eficiência quando trabalhado de acordo com a realidade dos educandos. Por isso, que a escola precisa construir corpo de profissionais que estejam comprometido com a formação de homens e mulheres que compreendem a realidade social como espaço de todos, onde todos possam usufruir dos bens acumulados pela sociedade, dessa forma, estar -se construindo uma sociedade cada vez mais humana e inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é um espaço de construção de prática pedagógica, onde os professores constroem comprometida com a formação de homens e mulheres na perspectiva da inclusão, de modo que os professores trabalham as atividades educativas de sala de aula, envolvendo todos os educandos, não há na sala de aula separação entre os alunos, as ações educativas são desenvolvidas com todos e para todos, na condição de respeitar cada um e cada uma.

As práticas pedagógicas dos professores estão fundamentadas numa ação política que ultrapassa o contexto da escola, considerando o conjunto da sociedade. Os professores compreendem que a sociedade apresenta elementos fundamentais para desenvolver ações educativa no contexto da sala de aula.

Compreende-se que as práticas pedagógicas são ações políticas e técnicas intencionais que precisam fortalecer o desenvolvimento intelectual e social dos alunos para que sejam formados numa concepção de compromisso consigo mesmo com os outros e com a sociedade. A prática pedagógica como a ação política, demonstra que a escola é um estabelecimento de formação de homens e mulheres para viver na sociedade de forma respeitosa, valorizando cada um e cada uma no contexto da sua realidade. A prática pedagógica como

ação técnica está relacionado aos instrumentos especificíssimos da ação do professor, como por exemplo, planejamento, a pesquisa, o plano de aula, entre outros.

O estudo demonstrou que prática pedagógica e inclusão são duas categorias fundamentais para compreender a ação educativa do professor em sala de aula, porém os dados revelaram que a inclusão no contexto da sala de aula ainda se torna um desafio, de modo que as leis que amparam os educandos com deficiência ainda falham na materialização dos registros que estão assegurado na legislação. A escola de modo geral, como espaço educativo precisa dar conta das atividades direcionadas para apresentar uma proposta pedagógica política e educacional direcionado para a efetivação da inclusão de todos os educandos, principalmente os alunos com deficiência no estabelecimento de ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Glenda Aref Salamah de Mello. **Recursos pedagógicos para alunos com transtornos do espectro autista na rede estadual de ensino de São Paulo**. Educação, Gestão e Sociedade: revista da Faculdade Eça de Queirós, Ano 6, número 21, fevereiro de 2016. www.faceq.edu.br/regs. Acessado em: 03/05/2025.

BRAGA, Paola Gianotto; GOMES, Vera Lucia. **A historicidade da pessoa com deficiência: da invisibilidade a inclusão**. Revista Diálogos Interdisciplinares – GEPFIP/UFMS/CPAQ. V.2 n. 6, 2018. Disponível: <https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/deaint/article/view/6677/7439>. Acessado em: 12/11/24.

BRASIL. **Constituição Federal 1988**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CARDOSO, M. **Aspectos históricos da educação especial: da exclusão à inclusão – uma longa caminhada.** In: MOSQUERA, J.; STOBAÜS, C. (orgs.). Educação especial: em direção à educação inclusiva. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

FAVALLI, S. The United Nations Convention on the Rights of Persons with Disabilities in the Case Law of the European Court of Human Rights and in the Council of Europe Disability Strategy 2017–2023: ‘from Zero to Hero’. Human Rights Law Review, no18, 2018, pp. 517–538.

LEITE, Flávia Piva Almeida; LUVIZOTTOII, Caroline Kraus. **Marcos legais e perspectivas para a inclusão de pessoas com deficiência no Brasil.** Passo Fundo, V. 22, N. 2, p. 6-19, maio/jul2022. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/download/13372/114116572>. Acessado em: 05/09/2025.

OLIVEIRA, Adriana Mônica; CRUZ, Carlos André Lucena da. **A escola como espaço de inclusão: para além da acessibilidade.** Revista Faculdade FAMEN-REFFEN, v.2, n.3,2021. Disponível em: <https://revistafamen.com.br/index.php/revistafamen/article/download/46/53>. Acessado em: 05/05/2025.

PRIETO, R. G. **Políticas de Inclusão Escolar no Brasil: sobre novos/velhos significados para educação especial.** In: MENDES, E.; ALMEIDA, M. (Org.). Das margens ao centro: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva. Araraquara: Junqueira & Marin, 2010. p. 61-78.

PAIVA, Juliana Cavalcante Marinho; BENDASSOLLI, Pedro F. **Políticas sociais de inclusão social para pessoas com deficiência.** Psicologia em revista, Belo Horizonte, V.23, n.1, p. 418-429, jan. 2017.

SOUZA, Maria Gisely de; MARTINS, Márcia Maristela Silva; SILVA, Carla Dornelles da. **A educação inclusiva: os aspectos e princípios da inclusão social no âmbito educacional.** Educação & Linguagem, ano 5 · nº 1 · Mai. p. 61-76. 2018.

TOLEDO, Raquel da Silva. **Estratégias e metodologias pedagógicas adotadas para trabalhara inclusão de autistas em sala regular.** Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem, v.7,2023. Disponível em: <https://rebeno.emnuvens.com.br/revista/article/download/181/168>. Acessado em: 05/08/2025.